Interservicer - Serviços em Crédito Imobiliário Ltda.

CNPJ nº 14.531.325/0001-05

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	31/12/21	31/12/20
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.432	10.844
Contas a receber de serviços, líquidas	5	275	341
Impostos a recuperar	6	460	1.063
Adiantamento a funcionários		18	23
Outros créditos		2	5
Total do ativo circulante		2.187	12.276
Não Circulante			
Impostos a recuperar	6	763	76
Tributos diferidos	17	594	945
Depósitos judiciais		59	67
Transações com partes relacionadas	11.a	10.239	-
Imobilizado	7	65	164
Intangível	8	395	602
Total do ativo não circulante		12.116	1.854
Total do Ativo		14.303	14.130

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/21	31/12/20
Circulante			
Fornecedores		200	221
Impostos, taxas e contribuições	9	95	125
Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	199	206
Transações com partes relacionadas	11.b	463	204
Total do passivo circulante		957	756
Não Circulante			
Provisão para demandas judiciais	12	539	1.490
Transações com partes relacionadas	11.b	48	39
Total do passivo não circulante		587	1.529
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	1.383	1.383
Reserva de lucros		11.376	10.462
Patrimônio líquido		12.759	11.845
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		14.303	14.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	31/12/21	31/12/20
Receita Operacional Líquida	14	2.578	3.392
Custo dos Serviços Prestados	15	(1.276)	(1.584)
Lucro Bruto		1.302	1.808
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	15	(405)	(327)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(72)	29
Lucro Antes do Resultado Financeiro		825	1.510
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	16	477	186
Despesas financeiras	16	(106)	(244)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		1.197	1.452
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	68	(133)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	(351)	(334)
Lucro Líquido do Exercício		914	985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/21	31/12/20
Lucro Líquido do Exercício	914	985
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	914	985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido- Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reservas de lucros	Reservas de lucros Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	1.383	9.477	-	10.860
Lucro líquido do exercício	-	-	985	985
Reserva de lucros	-	985	(985)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.383	10.462	-	11.845
Lucro líquido do exercício	-	-	914	914
Reserva de lucros	-	914	(914)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	1.383	11.376	-	12.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R$)

	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	914	985
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	449	552
Juros sobre mútuo	(239)	(4)
Tributos diferidos e correntes sobre o resultado	283	467
Valor residual do imobilizado baixado	58	-
Provisão para demandas judiciais	(468)	(425)
Atualização monetária provisão demandas judiciais	24	141
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	8
Redução (aumento) de ativos operacionais:		
Contas a receber de serviços, líquidos	65	312
Adiantamento a funcionários	5	(7)
Impostos a recuperar	(84)	(102)
Outros créditos	3	(188)
Depósitos judiciais	8	(4)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(7)	19
Fornecedores	(21)	79
Impostos, taxas e contribuições	117	(62)
Transações com partes relacionadas	159	168
Liquidação de processos e demandas judiciais	(507)	(272)
Caixa proveniente nas operações	760	1.667
Imposto de renda e contribuição social pagos	(80)	(118)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	680	1.549
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Acréscimo no imobilizado e intangível	(53)	-
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(53)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Mútuos com partes relacionadas (cedido)	(10.000)	-
Mútuos com partes relacionadas (obtidos)	-	-
Mútuos com partes relacionadas (recebido)	-	7.864
Mútuos com partes relacionadas (pago)	(39)	-
Caixa utilizado (gerado) nas atividades de financiamento	(10.039)	7.864
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.412)	9.413
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.844	1.431
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.432	10.844
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(9.412)	9.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

1. Contexto Operacional: A Interservicer Serviços em Crédito Imobiliário Ltda. ("Empresa") tem por objeto social a prestação de serviços de terceirização de processos de negócio (BPO) do mercado imobiliário, especialmente, securitizadoras, construtoras, incorporadoras e outras entidades detentoras de créditos imobiliários para a realização das atividades de originação, análise, gestão e administração de crédito e carteiras de crédito imobiliário. O quadro de sócios da Empresa é composto pela Nova Interfile Holding Ltda que possui participação de 50%, e pela Interfile Holding Ltda. que possui participação de 50%. Ambas empresas são controladas integralmente pela entidade Atento Brasil S.A. ("Atento Brasil"), que por sua vez é controlada diretamente pela Atento Spain Holdco 4. S.A.U. e indiretamente pela Atento S.A., sendo a Atento S.A. pertencente majoritariamente aos fundos de investimento HPS Investment Partners, L.L.C, GICs e Farallon Capital Management, L.L.C. A Empresa tem sua sede localizada na Av. Paulo Ayres, 40 - Sala A, Parque Pinheiros, Taboão da Serra, SP, CEP 06767-220. Impactos Ciberataque: Em 17 de outubro de 2021, o departamento de tecnologia da entidade controladora Atento Brasil identificou tentativa de ataque de segurança cibernética em seus sistemas de TI, sendo o incidente detectado pelos serviços globais de SOC ("Security Operation Center"), no entanto, especificamente para a Empresa, não ocorreram impactos significativos nas operações e prestações de serviços, pois os servidores e domínios da Empresa são distintos dos servidores da Atento Brasil. Portanto, apesar de impactos severos terem ocorrido na entidade controladora do grupo, para a entidade individual Interservicer - Serviços em Crédito Imobiliário Ltda. não houve prejuízos significativos em suas operações. COVID-19: Durante o ano de 2021, a Empresa ainda monitora os impactos do COVID-19 e a recuperação econômica e crescimento do mercado após pandemia. Até o momento, não foram observados impactos significativos na realização do contas a receber com clientes e perdas de crédito esperadas, e atualmente não prevemos perdas materiais de ativos de longo prazo ou de nossos ativos intangíveis de vida indefinida como resultado da pandemia de COVID-19. **2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis importantes. Também há exigência que a Administração exerça julgamento durante todo o processo de aplicação das políticas contábeis. A nota explicativa nº 3 divulga as áreas que requerem um grau de julgamento ou complexidade mais significativo e as áreas em que as premissas e estimativas são mais relevantes para as demonstrações financeiras. Além disso, a nota explicativa nº 3 contém uma descrição detalhada das políticas contábeis mais significativas utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras. Autorização das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras que são apresentadas neste documento foram aprovadas na reunião de diretoria, realizada em 23 de junho de 2022. **3. Resumo das Principais Praticas Contábeis:** As principais práticas contábeis, aplicadas consistentemente com os exercícios anteriores são como segue: **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou cujo prazo de resgate seja inferior a 90 dias das datas das contratações. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **3.2. Contas a receber de clientes:** Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, ajustadas pelo montante de perda de credito esperada. Estão inclusos os serviços já faturados e os ainda não faturados na data do balanço. A provisão para perdas esperadas do contas a receber é constituída em montante estimado suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. **3.3. Saldos e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Empresa é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data de transação e os ativos e passivos considerados como monetários foram atualizados pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das atualizações das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira. **3.4. Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Empresa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que a Empresa continue questionando as ações. Nestas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos da Empresa, estes são ajustados de acordo com sua natureza pela TR (Taxa Referencial), JAM (Juros e Atualização Monetária) ou SELIC, os valores somente são liberados mediante determinação judicial ou o recebimento de uma decisão judicial final favorável. **3.5. Imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente.

	Vida útil - Anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos ou conforme contratos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Computadores e equipamentos de informática	3 a 10 anos

3.6. Intangível: É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os ativos intangíveis incluem os direitos de uso de software adquiridos de terceiros, assim como os softwares desenvolvidos internamente. Estes ativos são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

	Vida útil - Anos
Software	5 anos ou conforme contratos

3.7. Tributos - Imposto de renda e contribuição social - correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, aplicando o regime tributário de lucro real, com alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% para fins da contribuição social. Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos também nesse grupo. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Empresa se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício. **3.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. a) Provisão para demandas judiciais: a Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. No tópico de estimativas contábeis descrevemos mais detalhes sobre as premissas consideradas para as provisões. **3.9. Receita de contratos com clientes:** A Empresa gera receitas sob contratos com clientes para a prestação de serviços de terceirização de processos de negócio ("BPO") do mercado imobiliário. A receita de serviços de BPO é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação, considerando que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios à medida que a Empresa cumpre sua obrigação de desempenho, e por um valor que reflita a contraprestação à qual a Empresa espera ter direito em troca daqueles serviços. Os contratos normalmente exigem que a Empresa realize atividades de originação, análise, gestão e administração de crédito e carteiras de crédito imobiliário para securitizadoras, construtoras, incorporadoras entre outras. Os contratos de clientes firmados pela Empresa contêm uma série de serviços distintos que são prestados ao longo de um período de tempo, mas substancialmente não possuem distinção e possuem o mesmo padrão de transferência para o cliente, de modo que a Empresa os considera como uma única obrigação de desempenho. A Empresa reconhece a receita pelo regime de competência durante o período em que os serviços são prestados, e para os serviços prestados e ainda não faturados a Empresa reconhece a receita não faturada e o respectivo contas a receber com base nos preços acordados contratualmente. Os contratos firmados pela Empresa possuem indicadores fixos e variáveis utilizados para determinar o valor da contraprestação à qual a Empresa possui direito. (i) Indicadores fixos: Para os contratos que incluem um componente fixo para determinar o valor da contraprestação, a receita é reconhecida com base no serviço real prestado no final do período de relatório, pois o cliente recebe e usa os benefícios simultaneamente com base na infraestrutura disponibilizada ao cliente. Isso é determinado com base nas horas reais de mão de obra previamente acordadas com o cliente ou com base no número de pessoas disponibilizadas. (ii) Indicadores variáveis: Componente variável nos contratos consiste em desempenhos a serem confirmados em períodos futuros. A Administração estima o valor da contraprestação variável usando o método do valor mais provável e reconhece a contraprestação variável como receita apenas na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza associada à variável consideração é posteriormente resolvida. A Empresa aplica esse método de forma consistente ao longo do contrato ao estimar o efeito de uma incerteza sobre o valor da contraprestação variável a que terá direito. A Administração estima a contraprestação variável usando dados reais disponíveis para a Empresa no momento do fechamento mensal, bem como os níveis históricos de atingimento das obrigações de desempenho. A Empresa geralmente fatura seus clientes mensalmente com base na contraprestação real a que tem direito. Dessa forma, a receita estimada é reconhecida apenas para o último mês do período de relatório. A Empresa realiza controles para avaliar e identificar quaisquer diferenças relevantes entre os valores estimados e os valores reais que historicamente tenham sido imateriais. As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Adicionalmente, a Empresa é beneficiária da lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que posteriormente foi alterada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012 que prevê o pagamento da parcela patronal da Contribuição Social (INSS) sobre a receita operacional bruta. A alíquota aplicada é de 4,5% a partir de dezembro de 2015 em função da Lei nº 13.161 de 31 de agosto de 2015. **3.10. Receitas (despesas) financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem juros decorrentes de aplicações financeiras, mútuos financeiros entre entidades do grupo, variações cambiais decorrentes de transações firmadas em moeda estrangeira, bem como ajuste ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidos pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas. **3.11. Instrumentos financeiros:** A Empresa utiliza com base nos CPCs 39, 40 (R1) e 48 (Instrumentos Financeiros), as seguintes categorias para classificação e valoração de seus ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Método de Variação
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber com terceiros	Custo amortizado
Mútuos cedidos a partes relacionadas	Custo amortizado

Passivos Financeiros	Método de Variação
Fornecedores	Custo amortizado
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado

Os ativos e passivos financeiros existentes no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão apresentados nas categorias acima nas notas explicativas. (i) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme apropriado. A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixas contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócio da Empresa para administrar ativos financeiros se refere ao modo como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixas contratuais e também com o objetivo de venda. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. Esta avaliação é executada em nível de instrumento pela Empresa. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes, contas a receber de clientes e outros créditos. *Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida):* Para os instrumentos financeiros de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). *Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais):* No reconhecimento inicial, a Empresa pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não foram mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Empresa se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimonial designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais). *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos, os quais a Empresa não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem retive substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Empresa. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Empresa aplica abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base. A Empresa estabelece uma matriz de provisões que se baseia na sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. (ii) Passivos financeiros - *Reconhecimento inicial e mensuração:* Passivos financeiros podem ser classificados no reconhecimento inicial como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Na data base de 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa não designa nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. *Passivos financeiros ao custo amortizado:* Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.12. Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas, adotando premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. - O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. - O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. - Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. • Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no contas a receber: - A Empresa utiliza uma política de perdas estimadas para calcular a perda de crédito esperada de liquidação duvidosa no contas a receber baseada em dias de atraso de clientes. - A provisão é baseada no *aging* do contas a receber de cada cliente de acordo com os diferentes tipos de serviços e unidades de negócios, levando-se em consideração o histórico do cliente, as condições econômicas do setor em que atuam e que podem levar a um aumento na inadimplência, além de acordos ou negociações específicas. - Em todas as datas de fechamento, as bases são atualizadas e os riscos de cada operação são analisados. A experiência histórica de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa da Empresa e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas da Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 5. • Impostos IFRIC 23 / ICPC 22: - A Empresa revisou o tratamento fiscal nos termos do IFRIC 23 / ICPC 22 até a data do balanço, e não identificou impactos materiais nas demonstrações contábeis. - Adicionalmente, a Empresa implementou processo para revisar periodicamente os tratamentos de imposto de renda consistentes com os requisitos da IFRIC 23 / ICPC22. •Imposto diferido: - A Empresa avalia a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos com base em estimativas de ganhos futuros. A capacidade de recuperar esses valores diferidos depende, em última análise, da capacidade da Empresa de gerar lucros tributáveis durante o período em que os ativos fiscais diferidos permanecem dedutíveis. Esta análise baseia-se no tempo estimado de reversão dos passivos fiscais diferidos, bem como nas estimativas de lucros tributáveis, que são provenientes de projeções internas. - A classificação adequada dos ativos e passivos fiscais depende de uma série de fatores, incluindo estimativas quanto ao momento e realização dos ativos fiscais diferidos e o cronograma de pagamento de impostos projetado. Os recebimentos e pagamentos reais de imposto de renda podem diferir das estimativas feitas pela Empresa como resultado de mudanças na legislação tributária ou transações imprevistas que possam afetar os saldos tributários (vide nota 23). • Provisões para demandas judiciais: - A Empresa reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. • Ativo imobilizado e intangível - Vida útil: - O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização. **3.13. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando a Empresa tiver o controle sobre a utilização, possui potencial de se tornar caixa, seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e possam ser mensurados com confiabilidade. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.14. Ajustes a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras na demonstração do resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **3.15. Participação dos empregados nos resultados:** A Empresa possui obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados. Estas obrigações são provisionadas para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados no resultado ao longo do exercício a que se referem. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de custo dos serviços prestados, despesas com comercialização de serviços e despesas gerais e administrativas. **3.16. Classificação circulante e não circulante:** A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade. • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. • Espera-se que seja realizado até 12 meses a partir da data base de avaliação. • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade. • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado. • Deve ser liquidado no período de até 12 meses a partir da data base de avaliação. • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante. **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados adotados:** Abaixo descrevemos as normas contábeis que sofreram alterações com adoção obrigatória a partir do exercício anual iniciado em 01 de janeiro de 2021: • Alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência CPC 11 (IFRS 4), CPC 40(R1) (IFRS 7), CPC 48 (IFRS 9), CPC 06(R2) (IFRS 16) e CPC 38 (IAS 39); Quando modificações de arrendamento, contratos de empréstimos e instrumentos de hedge ocorrem como consequência direta da reforma da taxa de juros de referência, a administração deve considerar a necessidade de reavaliação, como por exemplo, a revisão dos fluxos de caixas contratuais de empréstimos, reavaliação de passivo de arrendamento, atualização de documentação de hedge. • CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 30 de junho de 2021); Devido à natureza contínua dos impactos da pandemia do COVID-19, em março de 2021 o IASB emitiu alteração ao expediente prático que trata das concessões de alugueis relacionados a COVID-19, o qual estendeu a sua aplicabilidade para os referidos pagamentos originalmente devidos em ou anterior a 30 de junho de 2022. Nos anos de 2021 e 2020 a Empresa não apresentou impactos relacionados as alterações listadas acima. **3.18. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes:** Algumas novas normas contábeis, alterações nas normas contábeis e interpretações foram publicadas porém não são obrigatórias para os períodos de relatório de 31 de dezembro de 2021 e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa. Não se espera que essas normas, alterações ou interpretações tenham impacto material sobre a entidade nos períodos de relatório atuais ou futuros e em transações futuras previsíveis. • IFRS 17 Contratos de Seguro. • Imobilizado: Produto antes do uso pretendido - Alterações à IAS 16. • Referência à Estrutura Conceitual - Alterações à IFRS 3. • Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento de um Contrato Alterações à IAS 37. •Melhorias Anuais nas Normas IFRS 2018-2020. • Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante - Alterações à IAS 1. • Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações à IAS 1 e IFRS Practice Statement 2. • Definição de Estimativas Contábeis - Alterações à IAS 8. • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação - Alterações à IAS 12. • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture - Alterações à IFRS 10 e IAS 28.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas bancarias	58	275
Aplicações financeiras	1.374	10.569
Total	1.432	10.844

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas, e são remuneradas com base no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com prazos de vencimento variáveis, porém, resgatáveis a qualquer momento, para utilização em capital de giro, portanto, são classificadas como ativo financeiro mensurados ao custo amortizado.

5. Contas a Receber de Serviços, Líquidas	31/12/2021	31/12/2020
Valores faturados	75	52
Valores a faturar	201	289
Contas a receber bruto	276	341
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1)	-
Total líquido do contas a receber de serviços	275	341

Apresentamos a seguir o aging dos saldos a receber de serviços prestados, líquido da provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"):

	31/12/2021	31/12/2020
Aging do contas a receber		
A vencer	221	292
Vencidos		
Vencidos - 01 a 30 dias	34	29
Vencidos - 31 a 60 dias	-	-
Vencidos - 61 a 90 dias	20	20
Vencidos - a mais de 91 dias	-	-
Total	275	341

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	-	(206)
Entradas	(3)	(14)
Baixas	-	214
Reversões	2	6
Saldo final	(1)	-

6. Impostos a Recuperar	31/12/2021	31/12/2020
ISS (a)	76	76
PIS e COFINS (b)	214	233
INSS	108	108
IRRF sobre aplicações financeiras	56	119
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	43	19
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	682	511
Outros tributos a recuperar (c)	44	73
Total	1.223	1.139
Circulante	460	1.063
Não circulante	763	76

a) Saldo de ISS a recuperar relacionado principalmente a processos administrativos e judiciais de repetição de indébito. b) Saldo relacionado a crédito de PIS e COFINS sobre insumos. c) Saldos de impostos a recuperar referente a retenções de impostos diversos sobre o faturamento, e impostos a recuperar via perdcomp.

7. Imobilizado	Taxa anual depreciação %	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas (a)	Transferências	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Custo:										
Instalações		242	-	(65)	-	177	-	(15)	-	162
Benfeitorias em imóveis de terceiros		1.185	-	(1.144)	-	41	-	-	-	41
Móveis e utensílios		903	-	(404)	-	499	-	(252)	-	247
Máquinas e equipamentos		541	-	(290)	-	251	-	(214)	-	37
Computadores e equipamentos de informática		2.888	-	(2.888)	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento		-	-	-	-	-	-	-	-	-
		5.759	-	(4.791)	-	968	-	(481)	-	487
Depreciação:										
Instalações	10,00	(200)	(19)	65	-	(156)	(13)	15	-	(154)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10,00	(1.064)	(104)	1.144	-	(24)	(4)	-	-	(28)
Móveis e utensílios	10,00	(788)	(54)	404	-	(438)	(19)	246	-	(211)
Máquinas e equipamentos	10,00	(464)	(14)	290	-	(186)	(5)	162	-	(29)
Computadores e equipamentos de informática	10,00 - 33,00	(2.887)	(1)	2.888	-	-	-	-	-	-
		(5.403)	(192)	4.791	-	(804)	(41)	423	-	(422)
Valor residual		356				164				65

a) As baixas realizadas no ano de 2020 referem-se principalmente ao processo de saneamento de base e baixa de itens 100% depreciados.

8. Intangível	Taxa anual depreciação %	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas (a)	Transferências	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2021
Custo:										
Software		3.010	-	(1.272)	-	1.738	201	-	-	1.939
		3.010	-	(1.272)	-	1.738	201	-	-	1.939
Amortização:										
Software	20,00	(2.048)	(360)	1.272	-	(1.136)	(408)	-	-	(1.544)
		(2.048)	(360)	1.272	-	(1.136)	(408)	-	-	(1.544)
Valor residual		962				602				395

a) As baixas realizadas no ano de 2020 referem-se principalmente ao processo de saneamento de base e baixa de itens 100% depreciados.

9. Impostos, Taxas e Contribuições	31/12/2021	31/12/2020
PIS, COFINS e ISS a pagar	56	84
Impostos sobre serviços contratados	2	-
INSS sobre faturamento	37	41
Total	95	125

10. Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações com pessoal e encargos	111	103
INSS sobre folha	1	7
FGTS	2	2
IR sobre folha	-	2
Vale refeição	78	51
Salários	19	25
Outras obrigações com pessoal	11	16
Provisões com pessoal e encargos	88	103
Férias	71	81
Encargos sobre férias	11	14
Participação nos lucros e resultados	6	8
Total	199	206

11. Transações com Partes Relacionadas - a) Transações com partes relacionadas a receber: Os preços e condições das transações com partes relacionadas são determinados em acordos estabelecidos entre as partes. Os principais saldos de transações com partes relacionadas a receber estão detalhados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Mútuos financeiros cedidos a partes relacionadas (a)	10.239	-
Total	10.239	-
Circulante	-	-
Não circulante	10.239	-

a) Mútuo cedido para Atento Brasil S.A. em 24 de agosto de 2021, com taxa de juros equivalentes a 100% da CDI, e vencimento de principal e juros determinado para 24 de agosto de 2023. A movimentação dos mútuos financeiros cedidos a partes relacionadas é apresentado a seguir:

	Saldo 31/12/2020	Adições	Recebimentos	Juros incorridos	Juros pagos	Saldo 31/12/2021
Atento Brasil S.A.	-	10.000	-	239	-	10.239
Total	-	10.000	-	239	-	10.239

	Saldo 31/12/2019	Adições	Recebimentos	Juros incorridos	Juros pagos	Saldo 31/12/2020
Interfile BPO	7.860	-	(7.189)	4	(675)	-
Total	7.860	-	(7.189)	4	(675)	-

b) Transações com partes relacionadas a pagar: Os preços e condições das transações com partes relacionadas são determinados em acordos estabelecidos entre as partes. Os principais saldos de transações com partes relacionadas a pagar estão detalhados abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a pagar com partes relacionadas (a)	511	204
Mútuos financeiros obtidos com partes relacionadas	-	39
Saldo final	511	243
Circulante	463	204
Não circulante	48	39

a) Valores a pagar de partes relacionadas, referentes a contratos de "management fee", "chargeback", repasse de custos de licenças. A movimentação dos mútuos financeiros obtidos com partes relacionadas é apresentado a seguir:

	Saldo 31/12/2020	Adições	Pagamentos	Juros incorridos	Saldo 31/12/2021
Interfile Serviços de BPO Ltda.	39	-	(39)	-	-
Total	39	-	(39)	-	-

	Saldo 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Juros incorridos	Saldo 31/12/2020
Interfile Serviços de BPO Ltda.	39	-	-	-	39
Total	39	-	-	-	39

A abertura dos saldos de transações com partes relacionadas por entidade é apresentada a seguir:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativo	Passivo	Receitas	Custos/despesas	Ativo	Passivo	Receitas	Custos/despesas
Atento Brasil S.A. (a) (b)	10.239	(433)	(239)	450	-	(185)	-	214
Atento Guatemala (a)	-	(3)	-	1	-	(1)	-	1
Atento Spain HoldCo S.L.U. (a)	-	(32)	-	20	-	(12)	-	12
Atento USA (a)	-	(18)	-	12	-	(5)	-	5
Interfile Serviços de BPO Ltda. (a)	-	(25)	-	-	-	(40)	-	-
Total	10.239	(511)	(239)	483	-	(243)	-	232

(a) Valores a pagar referentes a "management fee", "charge back" e repasse de licenças de software. (b) Se refere a mútuos financeiros cedidos para a Atento Brasil S.A. em 24 de agosto de 2021, com taxa de juros equivalentes a 100% da CDI, e vencimento de principal e juros determinado para 24 de agosto de 2023. **12. Provisão para Demandas Judiciais:** A Empresa, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores e análise das demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso. A tabela a seguir demonstra a composição das provisões por natureza:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	380	799
Tributárias	-	474
Cíveis	159	217
Total	539	1.490

Movimentações

	Trabalhistas	Tributária	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	758	1.186	102	2.046
Adições	112	54	175	341
Reversões (a)	-	(766)	-	(766)
Pagamentos	(166)	-	(106)	(272)
Atualização	95	-	46	141
Saldo em 31 de dezembro de 2020	799	474	217	1.490
Adições	27	-	19	46
Reversões (a)	(97)	(417)	-	(514)
Pagamentos	(418)	-	(89)	(507)
Atualização	69	(57)	12	24
Saldo em 31 de dezembro de 2021	380	-	159	539

a) Reversão da provisão de "due diligence" tributária, devido a prescrição total dos saldos. Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa esteve envolvida em 2 processos de natureza trabalhista com probabilidade de perda considerada provável (3 em 31 de dezembro de 2020) relativas a causas consideradas similares e usuais, movidas por funcionários ou ex-funcionários, que totalizam o montante de R$380 (R$799 em 31 de dezembro de 2020). Contingências possíveis: Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa é polo passivo de processos judiciais e administrativos com probabilidade de perda possível que possuem natureza tributária e cível. Os processos de natureza tributária, referem-se a ações em âmbito federal, que aguardam julgamento em diversas instâncias. Dentre as ações, destacam-se as manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações formulada pela empresa, bem como a apresentação de pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSRF (Contribuições Sociais Retidas na Fonte), e mandados de segurança com o objetivo de reconhecer o direito líquido e certo em não ser obrigada a recolher a Contribuição Previdenciária patronal sobre valores pagos a título de salário maternidade, adicional noturno, entre outros.

Continua

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 28/06/2022 21:40

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/06/28/INTERSERVICER1563226428062022.pdf

Hash:1656376802a7157adbf95247d28d77c13465646490

Continuação

Os processos de natureza cível, referem-se a ações indenizatórias de possíveis irregularidades em documentações do processo de financiamento dos clientes junto aos bancos.

	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	463	442
Cíveis	439	584
Total	902	1.026

13. Patrimônio Líquido - a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de 1.382.857 Cotas, de valor nominal de R$1,00, assim dividido:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Qtde. de cotas	Valor	Qtde. de cotas	Valor
Nova Interfile Holding Ltda.	691.429	692	691.429	692
Interfile Holding Ltda.	691.428	691	691.428	691
Total	1.382.857	1.383	1.382.857	1.383

b) Distribuição de lucros: Não houve destinação de distribuição de lucros referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

14. Receita Operacional Líquida	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	3.205	4.050
Total de deduções:	(627)	(658)
ISS	(160)	(201)
PIS e COFINS	(308)	(284)
INSS	(159)	(173)
Total	2.578	3.392

15. Composição dos Gastos Operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação e amortização	(449)	(552)
Pessoal	(860)	(1.096)
Provisão para demandas judiciais	468	425
Despesas com ocupação	(7)	(2)
Despesas com marketing	(7)	(30)
Despesas com telecomunicação	(59)	(95)
Arrendamento mercantil operacional (a)	(87)	(223)
Serviços de terceiros	(556)	(249)
Perda estimada para créditos - liquidação duvidosa	(1)	(8)
Taxas federais, estaduais e municipais	(112)	(7)
Outros	(11)	(74)
Total	(1.681)	(1.911)
Custo dos serviços prestados	(1.276)	(1.584)
Gerais e administrativas	(405)	(327)
Total	(1.681)	(1.911)

a) Trata-se de despesas com locação de equipamentos e softwares, que de acordo com as políticas contábeis aplicadas pela Empresa, não se classificam no contexto da norma CPC 06 (R2), devido ao valor envolvido no contrato não atingir o valor mínimo de 5 mil dólares e/ou os contratos não possuírem prazo superior a um ano.

16. Receitas (Despesas) Financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	477	186
Receitas de aplicações financeiras	220	109
Juros ativos com partes relacionadas	239	4
Outras receitas financeiras	18	66
Variações monetárias e cambiais ativas	-	7
Despesas financeiras	(106)	(244)
Juros passivos	(27)	(195)
Despesas com operações financeiras	(41)	(26)
Variação cambial	(3)	-
PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(35)	(15)
Outras despesas financeiras	-	(8)
Total	371	(58)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro - a) Imposto de renda corrente: A Empresa provisiona as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas de antecipação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro são contabilizadas na conta de "Impostos a recuperar". *Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão:* A tabela a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes dos impostos	1.197	1.452
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%		
Despesas referente à contribuição social sobre o lucro	(407)	(494)
Outras permanentes	124	27
Despesa de IRPJ e CSLL na demonstração do resultado	(283)	(467)
Imposto de renda e contribuição social corrente	68	(133)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(351)	(334)
Total imposto de renda e contribuição social	(283)	(467)
Alíquota Efetiva	24%	32%

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	308	326
Contribuição social sobre base negativa	110	117
Provisão para demandas judiciais	184	507
Outras provisões	(8)	(5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	594	945

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo por ano de realização O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando-se a existência de lucro tributável nos últimos exercícios sociais e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Empresa prevê que a realização dos tributos diferidos se dará conforme segue:

2022	282
2023	107
2024	100
2025	105
	594

Os valores de recuperação acima estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro. d) A movimentação do imposto de renda diferido é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	945	1.279
Adição / baixa	(326)	(265)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	(25)	(69)
Saldo final	594	945

18. Instrumentos Financeiros - Gestão de capital: O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar os lucros. A Empresa administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode ajustar o pagamento de distribuição de lucros, receber aportes, entre outros. Gerenciamento de riscos financeiros - *Visão geral*: A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de taxa de juros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa. *Risco de crédito*: O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito com as contas a receber é diversificado. A Empresa monitora constantemente o contas a receber, solicitando o apoio das áreas envolvidas com cada cliente (área de clientes/comercial), para que seja verificado o motivo de cada atraso. O valor de contas a receber líquido em 31 de dezembro de 2021 é R$275 (R$341 em 31 de dezembro de 2020). A Empresa também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras. A Empresa atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha. *Risco de liquidez*: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Empresa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa apresenta capital circulante líquido positivo de R$1.230 (R$11.520 em 31 de dezembro de 2020). *Risco com taxa de juros*: Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Para reduzir a exposição a taxa de juros variável local, a Empresa investe o excesso de disponibilidade, em 31 de dezembro de 2021, no valor de R$1.374 (R$10.569 em 31 de dezembro de 2020), em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) e Compromissadas de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis no curto prazo.

Indexador	Taxa	Cenário Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Selic - Ativo	9,25%	12,75%	9,56%	6,38%

Operação	Risco	31/12/2021	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Aplicações financeiras	Ativos (risco de redução de ganhos em função de queda do CDI)	1.374	1.418	1.378	1.338
Mútuos cedidos a partes relacionadas	Ativos (risco de redução de ganhos em função de queda do CDI)	10.239	10.567	10.268	9.970

Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31/12/2021				
Ativos financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 2 - Estimativas baseadas em dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.432	-	1.432	1.432
Contas a receber de serviços, líquidas	-	275	-	275	275
Não circulante					
Empréstimos com parte relacionada	-	10.239	-	10.239	10.239
Total	-	11.946	-	11.946	11.946
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	-	200	-	200	200
Contas a pagar com partes relacionadas	-	463	-	463	463
Não circulante					
Contas a pagar com partes relacionadas	-	48	-	48	48
Total	-	711	-	711	711

	31/12/2020				
Ativos financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 2 - Estimativas baseadas em dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	-	10.844	-	10.844	10.844
Contas a receber de serviços, líquidas	-	341	-	341	341
Não circulante					
Outras contas a receber com partes relacionadas	-	-	-	-	-
Total	-	11.185	-	11.185	11.185
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	-	221	-	221	221
Contas a pagar com partes relacionadas	-	204	-	204	204
Não circulante					
Mútuos financeiros obtidos com partes relacionadas	-	39	-	39	39
Total	-	464	-	464	464

Hierarquia de valor justo: A Empresa utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • *Nível 1:* preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • *Nível 2:* outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. • *Nível 3:* técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. A Empresa somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes à conta corrente e aplicações financeiras, e contratos de mútuos cedidos a partes relacionadas. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. **19. Transações que não afetam o caixa:** As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Efeito não caixa		
Adição de contratos licenças de software - Microsoft	148	-

20. Seguros: A Empresa mantém cobertura de seguros, que abrange as modalidades de responsabilidade civil geral, lucros cessantes e riscos operacionais, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e sob a orientação de consultores de seguros.

	Importância segurada	
Modalidade	31/12/2021	31/12/2020
Riscos operacionais	3.066	1.595
Lucros cessantes	4.453	5.180
Responsabilidade civil - geral	16	24
Responsabilidade cibernética (Cyber)	38	21
Responsabilidade civil - responsabilidade diretores	7	9
Garantia recursal	792	8

Contadora - Priscila Gouveia de Azevedo - CRC/SP 322717/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre às Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Cotistas da **Interservicer - Serviços em Crédito Imobiliário Ltda. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Interservicer - Serviços em Crédito Imobiliário Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interservicer - Serviços em Crédito Imobiliário Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase -** *Saldos e transações com partes relacionadas:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Empresa realiza transações e possui saldos patrimoniais com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras da Interservicer - Serviços em Crédito Imobiliário Ltda., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de maio de 2021, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, mente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de junho de 2022. **Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes Ltda. -** CRC nº 2 SP 011609/O-8. **Leonardo Rafael Parreira Reis -** Contador - CRC nº 1 SP 319432/O-2.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 28/06/2022 21:40

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2022/06/28/INTERSERVICER1563226428062022.pdf

Hash:1656376802a7157adbf95247d28d77c13465646490